

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.586.569 - RJ (2019/0280418-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : GALAXIA MARITIMA S.A
ADVOGADOS : HÉLIO JOSÉ CAVALCANTI BARROS E OUTRO(S) - RJ082524
LUCIENE DIAS BARRETO SALVATERRA DUTRA - RJ099173
JULIANA VANZILLOTTA VILLARDI - RJ137844
DANIELLE DE ALBUQUERQUE FARIAS - RJ084583
AGRAVADO : AGÊNCIA MARÍTIMA SANVICTOR LTDA
ADVOGADO : EMMANUEL FERREIRA ALVES - AL0012211

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO QUE INDEFERE MEDIDA LIMINAR. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 735/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela GALÁXIA MARÍTIMA S.A. contra decisão que inadmitiu recurso especial (e-STJ, fls. 501-503) proposto para impugnar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (e-STJ, fl. 383):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO EMPRESARIAL. AGÊNCIA MARÍTIMA. RESPONSABILIDADE. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE NOTAS FISCAIS E COBRANÇAS. RELATIVAS A SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO E ATENDIMENTO À EMBARCAÇÃO. ALEGAÇÃO DA AGRAVANTE DE AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE EIS QUE SENDO MERA AGENTE MARÍTIMA AGIU APENAS COMO MANDATÁRIA DO ARMADOR. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZATIVOS PREVISTOS NO ARTIGO 300 DO CPC/2015, NA ESPÉCIE. CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA QUE SE AFIGURA PREMATURA, NO MOMENTO, DIANTE DA NECESSIDADE DE MAIOR DILAÇÃO PROBATÓRIA, BEM COMO DE SE OPORTUNIZAR O EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 59 DO TJRJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. DESPROVIMENTO DO AGRAVO. PREJUDICADO O AGRAVO INTERNO."

Opostos embargos de declaração, o aresto impugnado foi integralizado pela

seguinte ementa (e-STJ, fl. 422):

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS. NÃO HAVENDO CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO, NÃO HÁ COMO PROSPERAR A NOVA PRETENSÃO RECURSAL. EMBARGOS DESPROVIDOS".

Nas razões do recurso especial, a recorrente, com fulcro nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegou divergência jurisprudencial e violação aos arts. 300 e 1.022 do CPC/2015; 2º e 40 do CDC.

Sustentou que o acórdão recorrido apresenta omissão, pois deixou de se manifestar sobre os riscos da demora na prestação jurisdicional e quanto à falta de comprovação de que os valores cobrados pela recorrida Sanvictor são de sua responsabilidade.

Apreciada a admissibilidade do recurso especial, o Tribunal de origem negou seguimento à insurgência (e-STJ, fls. 501-503).

Diante de tal fato, foi interposto agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 514-536).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante ressaltar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Nas razões deste agravo, a recorrente alega ter cumprido com todas as exigências legais para a análise e processamento do recurso especial.

Constatados os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, é inviável, em regra, a

interposição de recurso especial postulando o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, pois esta possui natureza precária e provisória do juízo de mérito, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Efetivamente, na espécie, configura-se a ausência do pressuposto constitucional relativo ao esgotamento das instâncias ordinárias, imprescindível ao trânsito da insurgência extraordinária, o que atrai a aplicação analógica da Súmula 735/STF: "*Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.*"

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM MEDIDA CAUTELAR. RETENÇÃO DO APELO NOBRE NA ORIGEM. ART. 542, §3º, CPC/1973. LEGALIDADE.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vem admitindo o abrandamento da norma prevista no art. 542, § 3º, do CPC/1973 quando o recorrente demonstra a viabilidade do recurso especial e o perigo de que, com a sua retenção na origem, sobrevenha dano irreparável ou de difícil reparação à parte, situação inócurrenente no caso concreto.

3. A jurisprudência deste STJ, à luz do disposto no enunciado da Súmula 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa. (AgInt no REsp 1.693.653/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 01/06/2018)

4. Agravo regimental não provido. (AgRg na MC 24.533/TO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 15/10/2018)

In casu, consta dos autos que o recurso especial interposto pela recorrente impugna acórdão proferido pelo Tribunal de origem no julgamento de agravo de instrumento manejado para rebater decisão que indeferiu tutela de urgência na ação declaratória de

Superior Tribunal de Justiça

inexigibilidade de título de crédito.

Nesse contexto, a precariedade da decisão liminar, de fato, não autoriza a interposição do recurso especial.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator